



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2014-2015

DENYLSON DOUGLAS DE LIMA CARDOSO

*A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA 3ª ETAPA DO 3º SEGMENTO
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA O EXERCÍCIO DA
CIDADANIA POLÍTICA NA (RES) PÚBLICA.*

BRASÍLIA, DF

Outubro/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2014-2015

*A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA 3ª ETAPA DO 3º SEGMENTO
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA O EXERCÍCIO DA
CIDADANIA POLÍTICA NA (RES) PÚBLICA.*

DENYLSO DOUGLAS DE LIMA CARDOSO

Dr. Jairo Gonçalves Carlos e Tiago Ferreira Rodrigues

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

BRASÍLIA, DF/OUTUBRO/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2014-2015

DENYLSO DOUGLAS DE LIMA CARDOSO

*A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA 3ª ETAPA DO 3º SEGMENTO
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA O EXERCÍCIO DA
CIDADANIA POLÍTICA NA (RES) PÚBLICA.*

Trabalho de conclusão do III Curso de
Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA/2014-2015, como
parte dos requisitos necessários para obtenção do
grau de Especialista na Educação de Jovens e
Adultos.

Prof. Dr. Jairo Gonçalves Carlos

Prof. Tiago Ferreira Rodrigues

Prof. Msc. Jenijunio dos Santos

BRASÍLIA DF, Outubro/2015

RESUMO

Diante de um cenário cada vez mais complexo, marcado pela extrema valorização do modo de produção vigente, pensar a escola e suas possibilidades, -para além daquilo que ela predispõe a oferecer, - é uma tarefa extremamente árdua. O homem moderno procura conciliar estudo e trabalho, sob condições sociais adversas, com a capacidade de aprimorar-se sempre e desenvolver-se diante de um mundo de negação da sua humanidade. A presente pesquisa, enquanto reflexão sobre o real procura desenvolver no estudante da terceira etapa do terceiro segmento da EJA do Centro Educacional 06 de Ceilândia uma autonomia política que *contrainternalize* os valores da classe dominante. Para isso, uma série de atividades de viés político foram e serão desenvolvidas, afim de despertar o interesse pela participação direta na “coisa pública”.

Palavras chaves: Política; Educação; Contrainternalização; Cidadania; EJA.

RÉSUMÉ

Face à un scénario de plus en plus complexe, marqué par une extrême appréciation du mode de production existant , penser l'école et de ses possibilités , -à -delà de ce qu'elle prédispose à offrir - est une tâche extrêmement ardue . L'homme moderne cherche à concilier les études et le travail dans des conditions sociales défavorables , avec la capacité de se améliorer et de développer jamais un monde de déni de leur humanité . Cette recherche , tandis que la réflexion sur le vrai vise à développer l'étudiant de la troisième étape de la troisième segment de l' EJA Centre Éducatif 06 Ceilândia Une autonomie politique que nier les valeurs de la classe dirigeante . Pour cela, un certain nombre d'activités de polarisation politique ont été et sera développé dans le but de susciter l'intérêt dans la participation directe dans la république.

Mots clés: Politique ; éducation ; Contrainternalization ; Citoyenneté ; EJA .

Sumário

1.DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES	7
1.1 Nome.....	7
1.2 Turma.....	7
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	7
2.1 TÍTULO.....	7
2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	7
2.3 INSTITUIÇÃO: NOME, ENDEREÇO.....	7
2.4 INSTÂNCIA INSTITUCIONAL DE DECISÃO	7
2.5 PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA	7
2.6 PERÍODO DA EXECUÇÃO	10
3. AMBIENTE INSTITUCIONAL	10
4. JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA	11
5. OBJETIVOS	17
5.1 OBJETIVO GERAL	17
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
6. ATIVIDADES/ RESPONSABILIDADES	17
7. CRONOGRAMA	19
8. PARCEIROS	19
9. ORÇAMENTO	20
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	20
11. REFERÊNCIAS.....	21

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

1.1 Nome: Denilson Douglas de Lima Cardoso

1.2 Turma: Grupo 10

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

2.1 TÍTULO: A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA 3ª ETAPA DO 3º SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E EDULTOS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA POLÍTICA NA (RES) PÚBLICA.

2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA: Local

2.3 INSTITUIÇÃO:

Centro Educacional 06 P-SUL/ Área Especial QNP 16, Setor P sul, S/n - Ceilândia, Brasília - DF, 72231-600

2.4 INSTÂNCIA INSTITUCIONAL DE DECISÃO:

Conselho Escolar

2.5 PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA:

O público ao qual se destina são os estudantes da terceira etapa do terceiro segmento da EJA do Centro Educacional 06 de Ceilândia, no "P"- Sul. O público alvo é oriundo de comunidades do Sol Nascente, Ceilândia Sul e "P"- Norte. Além do problema econômico na região, o abandono dos estudantes também é grande nas salas de aula. A tríade: economia, violência e desinteresse pela escola ainda ronda o perfil de alguns estudantes da escola. No entanto, ainda existem alguns estudantes que tentam "recuperar" o tempo de estudo para sua progressão no mercado de trabalho.

A distribuição das turmas do terceiro segmento do CED 06 somadas são 12, com 490 alunos regularmente matriculados em regime semestral.

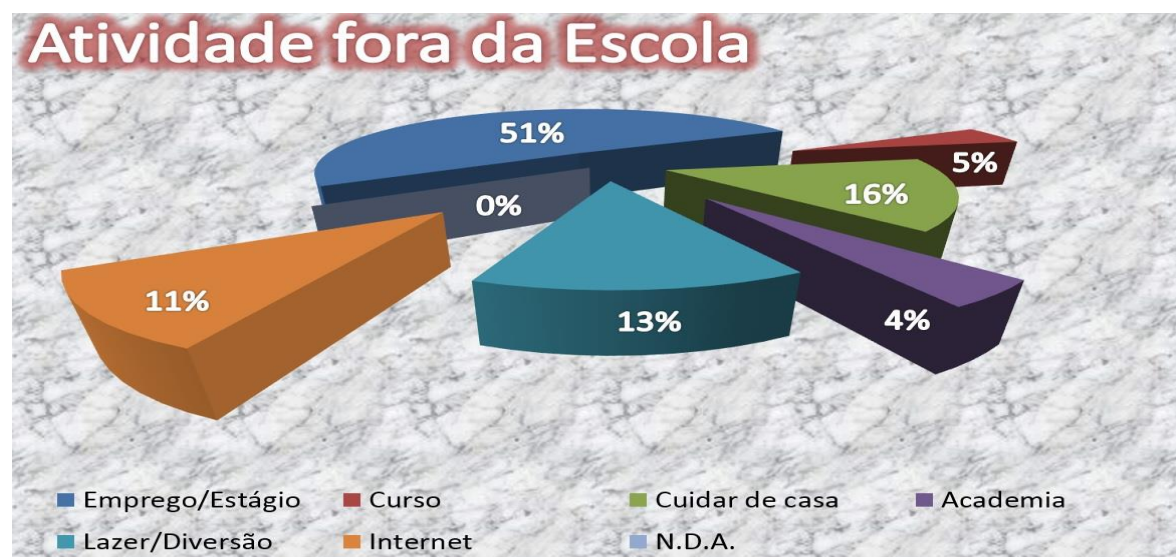
A terceira etapa do terceiro segmento do Centro Educacional 06 de Ceilândia, está dividida em três turmas com 40 estudantes matriculados. A escola oferta os três segmentos

da EJA. A maioria dos estudantes são do sexo feminino, que trabalham como vendedoras em lojas da própria cidade. A faixa etária dos matriculados oscila entre 18 e 50 anos.

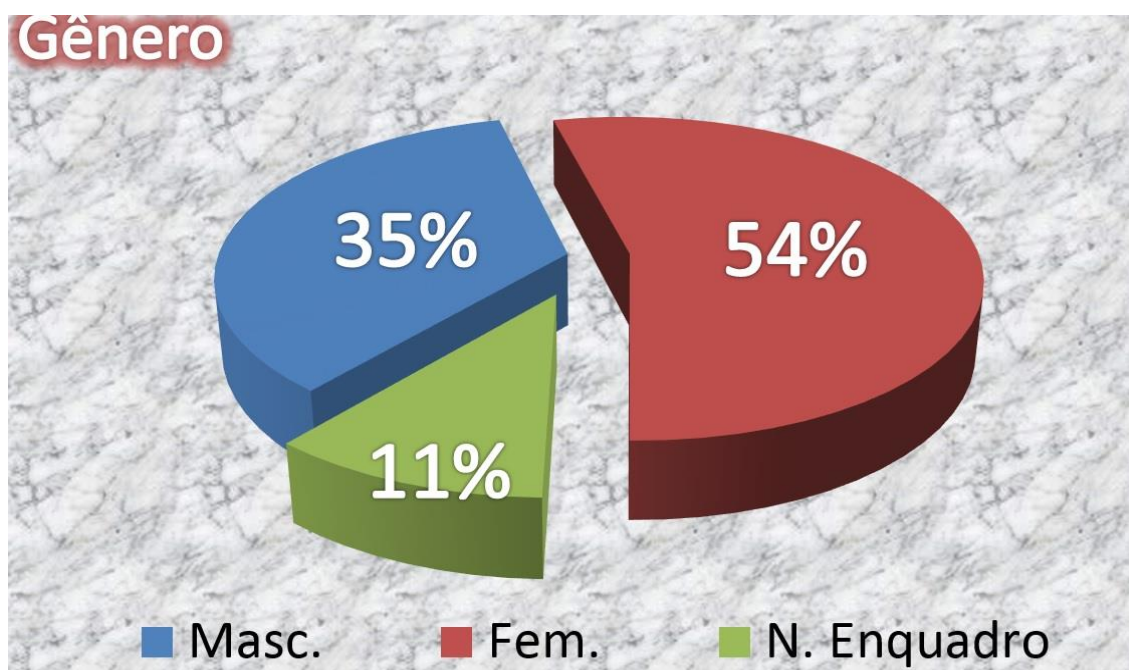
A maioria dos estudantes tiveram que abandonar os estudos para trabalhar, manter o lar e cuidar dos filhos. São oriundos da cidade de Ceilândia, com descendência nordestina. Percebeu-se também que a maioria dos estudantes são filhos de pais que não tiveram acesso ao nível superior, reproduzindo muitas vezes a vida de seus pais. Poucos pensam em continuar seus estudos e seguir a vida acadêmica.

Um dado que foi constatado, e que cabe destacar, é o fato de que menos da metade dos estudantes regularmente matriculados comparecem às aulas semanais com certa frequência. Há uma série de fatores que corroboram para tal prática, principalmente, o fato de que alguns desses jovens trabalhadores não conseguem desenvolver um ritmo que concilie trabalho, estudo e família. Outro ponto constatado de maneira empírica foi a forma como os conteúdos são abordados em sala de aula por parte dos professores. Alguns professores desconsideram o fato de lecionarem para a EJA abordando os conteúdos da mesma maneira como se abordaria para os estudantes do ensino médio diurno.

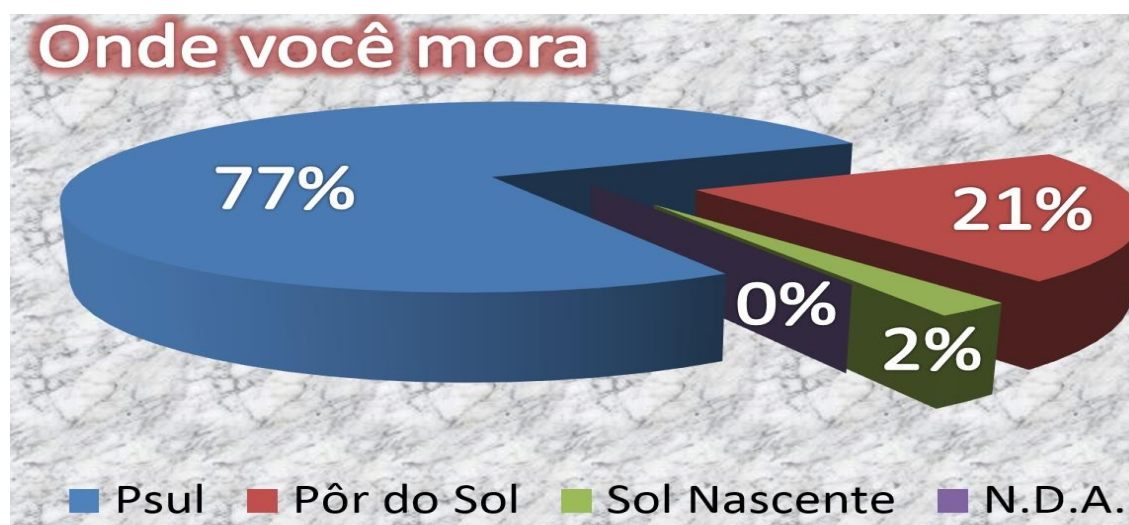
Segundo levantamento feito pela própria escola no início do ano de 2015, destaca-se algumas informações referentes a idade, gênero, moradia e profissão de alguns estudantes que se encontram hoje no terceiro segmento. Em seguida, apresentamos informações em gráficos:



Gráficos 1: Detalhamento atividades desenvolvidas fora da escola, levantamento por questionário, 2015.



Gráficos 2: Detalhamento de gênero, levantamento por questionário, 2015



Gráficos 3: Detalhamento de moradia, levantamento por questionário, 2015

Com base nas informações e na necessidade de compreender o perfil do estudante da EJA, destaca-se a necessidade de uma leitura sobre o mundo do trabalho. É preciso compreender que se trata de estudantes que passam a maior parte do tempo disponível no trabalho. Logo, são trabalhadores que mesmo com condições adversas ainda procuram desenvolver-se intelectualmente e aprimorar a sua formação.

Sabe-se que no CED 06 o que mais prejudica o ensino-aprendizagem no turno diurno é a ausência da família como integrante fundamental na formação acadêmica dos

filhos, no noturno, o trabalho, as atividades e responsabilidade familiar e a própria estrutura física da escola que não atende às necessidades de uma educação moderna.

Mesmo com muitos obstáculos, a escola desenvolveu alguns objetivos para o ano de 2015, como: capacitar o aluno para uma tomada de consciência da necessidade de estudo voltado para a realidade global, proporcionar grupos de reflexão sobre o mundo contemporâneo, entre outras.

Alguns grupos de estudantes se reúnem com certa frequência para atividades religiosas na escola. Constatou-se que há um grupo ecumênico que se reúne todos os dias no intervalo para compartilhar leituras, músicas e reflexões sobre a vida e sobre religião. No primeiro diálogo com esse grupo, foi percebido que a práxis do grupo não tem uma inclinação política, mas, sobretudo e somente, religiosa. Isso dificulta a construção de uma entidade ou colegiado de estudantes.

2.6 PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início (mês/ano): Julho/2015

Término (mês/ano): Outubro/2017

3. AMBIENTE INSTITUCIONAL

O Centro Educacional 06 de Ceilândia foi fundado em 18 de fevereiro de 1980. O Setor “P” Sul (o nome P-Sul faz parte da divisão das siglas das quadras que ficam ao norte da Ceilândia que contempla a quadra norte P (P Sul e P norte) assim como a QNM, QNN, QNO, QNP, QNQ e QNR, que na verdade, são expansões da Ceilândia) implantado em 1979, está organizado por uma estrutura geométrica regular, similar ao desenho original de Ceilândia, ocupando cerca de 331 hectares, com 12.017 lotes, ou seja, 36,3 lotes por hectare.

Hoje a população do “P” Sul é de aproximadamente 70.000 habitantes, gerando uma alta densidade demográfica. Entretanto, quando este setor foi implantado já se buscava aumentar a densidade da ocupação urbana de Ceilândia e, a exemplo do Setor “O” (1976) e do setor conhecido como Guariroba (1977), reproduziram o padrão de organização espacial da malha urbana original e, ao mesmo tempo, aumentaram o número de lotes por unidade de área.

Dessa forma, a história do “P” Sul e do CED 06 é fruto da luta de seu povo que fez e faz a história do Distrito Federal. O Centro Educacional 06, em 2004, atingiu os piores índices tanto na evasão quanto na repetência. Desde então, essa instituição reelaborou a sua proposta pedagógica de modo que os procedimentos administrativos, financeiros e pedagógicos gerassem uma mudança efetiva.

Ainda discutindo o Projeto Político Pedagógico (PPP), o CED 06 de Ceilândia incluiu o sistema de educação integral (Programa Mais Educação) que está em desenvolvimento na escola.

A instituição participa de programas e projetos do Governo do Distrito Federal e de outros parceiros tais como: Acelera DF, Educação Integral (diurno), Gestão Compartilhada, Parceiros da Escola, merenda para todas etapas e modalidades de ensino, Olimpíadas de Língua Portuguesa e outros.

Hoje, a escola atende o ensino médio regular, ensino especial, e ensino médio na educação de jovens e adultos.

Mesmo com o apoio governamental e com a estrutura fornecida pelo Estado, nota-se que pouco ou quase nada chega de fato aos estudantes do período noturno, tal fato se deve a uma série de fatores externos e internos. Ao que parece, são duas escolas distintas que dispõem do mesmo lugar, uma matutina e outra noturna.

A estrutura física atual da escola é montada por 15 salas de aula, 01 área coberta, 01 sala para a biblioteca, 01 quadra de esportes, 01 sala de orientação educacional, 01 sala de recursos, 01 guarita, 01 sala dos professores, 01 sala de coordenação, 01 depósito para a secretaria, 01 sala de supervisão pedagógica, 01 lanchonete, 01 secretaria, 01 sala de direção, 01 depósito, 01 xerox, 01 sala de informática, 01 sala de vídeo, 01 sala de educação integral e 01 sala do administrativo.

O CED 06 possui os seguintes equipamentos, que podem ser utilizados na prática pedagógica: televisores, datashow, aparelhos de DVD, aparelho de rádio-cd, computadores, impressoras, duplicador, mapas, caixas amplificadas, microfones, ventiladores, retroprojetores e antena parabólica.

4. JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

O conceito de educar passa a ser muito mais complexo do que historicamente a literatura da filosofia da educação - como eixo temático - tem se ocupado em discutir. É amplo no que concerne aos fundamentos. Não são apresentáveis somente como descreve o pensamento histórico, mas, configura-se de questões específicas, singulares e relevantes para a formação do homem, compreendendo que a educação deve desenvolver aptidões físicas e intelectuais, assim como seus sentimentos sociais, estéticos e morais, com o fim de cumprir, tanto quanto possível, sua tarefa de homem; é também o resultado dessa ação, de trazer para o seio social o indivíduo educado para tal.

Na primeira fase da fundamentação teórica da presente proposta, a questão sobre o problema da filosofia da educação para a política é um problema também de valor moral e

ético da sociedade, pois é necessário confiança nos programas educacionais sem dissocializar a educação da sociedade, da família e do exercício de liberdade.

Que é educar? É com esta questão que se estabelece a relação daquilo que se pretende estudar. A questão formulada pelo pensador francês Olivier Reboul é o princípio do problema que assenta a educação a serviço da humanidade, onde não se educa o indivíduo para a sociedade e sim para a humanidade, afirma Reboul:

Não existirá, entre o indivíduo e a sociedade, um terceiro termo, a humanidade? Não educamos a criança para que permaneça criança, nem, tampouco, para dela fazer um trabalhador e um cidadão; educamo-la para dela fazer um homem, isto é, um ser capaz de comunicar, e de comungar, com tudo quanto é humano. As grandes obras estéticas, as leis científicas, os valores morais, não são sociais, mas humanos; se exprimem numa língua e numa cultura dadas, são, entretanto, traduzíveis, compreensíveis, pois, para todo ser humano. (REBOUL, 1985 p.40)

O que propõe o pensador nesse primeiro momento é uma autenticidade da vida humana fundamentada na educação, permitindo ao indivíduo viver conforme determina sua consciência. Resgatar alguns desses valores para a humanidade é o centro da questão proposta pelo entendimento sobre os problemas oriundos do conceito de educar. Entender a proposta de uma educação política para o exercício do homem livre do “Contrato Social” implica uma contradição quando se aponta a necessidade obrigatória do estudante nos programas educacionais. Reboul chega a afirmar que “a escola obrigatória substitui a igreja obrigatória; é igualmente injusta e escandalosa. ” (REBOUL, 1985 p.89). Em outras palavras, a crítica fundamentada é direcionada a uma escola tradicional, que não implica em uma educação moral ou política, uma vez que é fundada apenas para integração com o mercado.

Outrossim, o ensino se apresenta como a capacidade de formar humanos e adultos, o que possibilitaria uma nova sociedade, justa e esclarecida, criativa, “convivial”, que tem como finalidade repensar a escola e seus modelos para se pensar em uma educação moral. Nesse sentido, a filosofia deve propor uma reflexão crítica dos métodos existentes, principalmente, no que concerne à moral. Repensar o papel da moral e dos costumes é repensar a dinâmica da vida e os métodos que são retransmitidos.

A afirmação que segue é uma crítica ao sistema de uma educação moral quando esta é distinguida do próprio ato, assim a fundamentação teórica do pensador sobre a necessidade de uma educação anterior à cidadania é explicitada, quando a educação é destituída de uma vivência do ato de educar. Há uma necessidade não mais por preservar o

educando, privado dos perigos da vida, e na contramão da ideia se configura também como um problema que se acentua entre o dogmatismo e a liberdade sem limites, como na filosofia de Rousseau. É preciso então pensar em uma moral autônoma?

Assim sendo, deparamos com a filosofia do pensador suíço Jean-Jacques Rousseau, para problematizar as questões levantadas na educação de Emílio, se, por um lado há um retorno ao estado natural e o respeito ao desenvolvimento cognitivo da criança, por outro, verificaremos a problemática que nasce desta liberdade e desta naturalidade.

Considerando a filosofia rousseauiana sob o aspecto da liberdade e do estado natural, adentraremos sobre as discussões que servirão de base de uma fundamentação dentro da dinâmica dos capítulos, no que diz respeito ao livro “*Emílio ou da Educação*”. Não obstante, a definição de que o homem é bom por natureza, mas está submetido à influência de corrupção da sociedade, traz consigo questões que abarcam a liberdade, uma vez que a criança deve ser educada em total liberdade e no processo de vivência de cada fase de sua vida. Nesse sentido, a educação deve ser fornecida como uma instrução política e moral formando o homem para a cidadania.

A filosofia de Rousseau, no que tange à educação, está diretamente relacionada ao modo de organização e ajustamento social, uma educação para o futuro que será a base das discussões na presente proposta.

Segundo Alejandra Ciriza, pesquisadora do Conselho de Pesquisa Científica e Técnica da Universidad de Mendoza, há uma necessidade de articulação necessária para se pensar a relação entre os textos “*Emílio*” e “*Contrato social*”, uma vez que a adaptação do homem para educação está diretamente relacionada ao bom selvagem¹ rousseauiano:

[...] Se admitimos que a educação cumpriu historicamente a função de sujeitar o sujeito individual à ordem social, a educação para a nova ordem, uma ordem não mais concebida como ligada à tradição e aos costumes, às formas de legitimação das sociedades de soberania, assenta-se sobre um conjunto de procedimentos que, segundo a natureza, hão de garantir a formação de um tipo de sujeito que estará em condições de contratar livremente a constituição da nova ordem social.(CIRIZA, 2006, p.89)

A afirmação que segue é uma crítica ao sistema de uma educação moral quando é distinguida do próprio ato, assim a fundamentação da pedagogia do “*Emílio*” é este deslocamento e descentralização da razão, no primeiro momento, e uma afirmação do sentimento como verdadeiro instrumento do conhecimento. Em seu texto sobre a educação

¹ Bom selvagem parte de uma análise feita por Rousseau sobre o homem no seu estado de natureza, muito utilizado no discurso sobre a origem das desigualdades entre os homens uma vez que o autor apresenta o homem da natureza que deve permanecer estúpido nas florestas e se tornar razoável e judicioso nas cidades.

Rousseau afirma haver uma busca por “conservar a criança tão somente na dependência das coisas; teréis segundo a natureza nos progressos de sua educação” (ROUSSEAU, 1979 p.69) nota-se a tese do bom selvagem dentro da ótica rousseuniana.

É preciso compreender o sentido de (res) pública como aquilo que pertence ao povo, faz parte da sua vida. A escola e o presente PIL deve proporcionar uma educação para a vivência do coletivo, portanto, da coisa pública aqui denominada de *Res pública*.

Um dos principais problemas em torno da escola é a questão da violência que é reflexo do descrédito da política institucionalizada, pois- o Estado pouco investe na emancipação daqueles jovens, negando-lhes oportunidades de uma vida melhor. Com isso, os alunos vêem a escola como um ambiente aquém e indiferente à sua vida. Ou seja, a escola, ao invés de transformar a realidade social destes jovens, tenta formatá-los, negligenciando, assim, sua realidade sócio -histórica e limitando o acesso destes às oportunidades de emprego, cultura, lazer e educação. Com a ausência destes elementos valorosos da vida humana, alguns jovens vêem na violência uma saída para obterem visibilidade e conseguir se manter. Observou-se como problema a evasão escolar, a violência simbólica, de gênero, a sexualidade midiaticizada, a apatia política, o descrédito com a política institucionalizada e a falta de participação, no que concerne ao desenvolvimento das atividades no colégio.

A proposta do presente PIL visa contribuir de modo significativo para a (re) condução sobre a vida política de modo participativo e- nas tomadas de decisões sobre a política, refletindo sobre seu contexto e questionando as bases que constituem o cenário atual.

Segundo o relatório da UNESCO, intitulado “*Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas*” (UNESCO 2002), 10% a 32% dos jovens moradores de zonas urbanas do Brasil estudam e trabalham, tal apontamento corrobora e se acentua quando fazemos o recorte da juventude que frequenta a EJA. O quantitativo de jovens que trabalham é superior aos estudantes do diurno, por exemplo. O trabalho é um fator agravante sim, não pode ser ignorado como um elemento que, por vezes, deixa o estudante com pouco ânimo para continuar seus estudos. No entanto, a escola ainda não está sensível para compreender a lógica dos trabalhadores que estudam.

O estudo da UNESCO (2002) aponta outro problema quando se trata da juventude trabalhadora, principalmente no sentido de atribuição de uma experiência prévia para o desenvolvimento de atividades no mercado de trabalho. O texto explicita tal informação nos seguintes ditames:

[...] na busca de incorporação ao mercado de trabalho na América Latina, jovens e adolescentes deparam-se também com outros problemas que concorrem para vulnerabilizá-los. Por um lado, e também relacionado à deserção escolar, muitos relatam o paradoxo da exigência de experiência prévia para uma primeira ocupação. Por outro, uma vez ocupando um posto de trabalho, grande contingente vivencia dificuldades de diversas naturezas derivadas, seja de sua baixa qualificação, seja de seu baixo grau de articulação política comparado ao de seus colegas adultos. (UNESCO 2002, p. 46)

Diante dos argumentos supracitados, a vulnerabilidade também é um problema que demarca o estudante da EJA, a falta de formação exigida para ocupar postos de trabalhos que exigem uma certa qualificação, o preenchimento de vagas temporais, com baixa remuneração e com uma carga de trabalho muitas vezes excessiva, distancia o jovem trabalhador dos reais interesses do estudo. Esse tipo de alienação (sujeito não se reconhece enquanto agente transformador de sua própria realidade) está atrelado ao modelo econômico vigente, que explora a mão de obra barata, visando sempre o lucro e a exploração do homem pelo próprio homem.

Compreendendo a dinâmica do modo de produção atual e a necessidade de uma educação que transpasse a simples reprodução dos conteúdos e que valide os valores da classe burguesa como hegemônicos, faz-se necessário pensar uma educação que esteja além das expectativas do modo de produção.

O princípio de uma educação autônoma que proporcione o pensamento crítico social em oposição ao sistema heterônomo de reprodução poderia ser uma saída para contrapor os valores do capital. O pensador István Mészáros em sua obra *“Educação para além do Capital”* aponta a necessidade da escola de instaurar valores que são superiores e necessários à vida do estudante. O filósofo parte da seguinte descrição:

[...] necessitamos, então, urgentemente, de uma atividade de “contrainternalização”, coerente e sustentada, que não se esgote na negação- não importando quão necessário isso seja como uma fase nesse empreendimento - e que defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente concretamente sustentável ao que já existe. (MÉSZÁROS, 2008, p.56)

Mészáros (2008) compreende a necessidade de outra lógica que transpasse a simples negação dos valores burgueses como hegemônicos. O processo de contrainternalização de tais valores é uma tarefa da educação. Entender que a educação

não implica necessariamente a preparação para o mercado de trabalho, que corrobora para a reprodução do modo alienante é um trabalho árduo do processo de educar no século XXI. O real valor da educação dos jovens e adultos trabalhadores passa, necessariamente, por uma reflexão profunda sobre as bases que constituem a nossa sociedade e sobre a política como um elemento próximo, comum a todos os cidadãos.

É no governo de Lula que a filosofia será sancionada pelo até então vice-presidente José Alencar, que disse: “Precisamos dessas duas matérias para nos facilitar o exercício da cidadania e o direito à cidadania”. Com a assinatura de José Alencar, a filosofia torna-se disciplina obrigatória nos três anos do ensino médio. O vice-presidente sancionou a Lei nº 11.684, de 2 junho de 2008, que altera o art. 36 da LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. A partir desta lei, “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”.

Entendendo o efeito da lei e sua implicação na educação básica, na EJA, a filosofia passou a ser uma disciplina obrigatória. No entanto, sabe-se que a relação existente entre a filosofia, enquanto conhecimento clássico, e a realidade do estudante, que muitas vezes é marcada pela dinâmica, pela velocidade dos acontecimentos e pela realidade do ciberespaço, distancia esses estudantes de uma reflexão minimamente esperada sobre os fundamentos da filosofia.

Com base nos argumentos supracitados, e considerando a realidade do mercado de trabalho e da necessidade de uma reflexão crítica e filosófica sobre a sociedade atual, o presente PIL deve abarcar algumas obras (filmes e textos) como base para uma reflexão e levantamento de um diagnóstico que aponte a falta de interesse pela política de alguns jovens que estão na terceira etapa do terceiro segmento da EJA.

5. OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Fomentar a discussão sobre a realidade política no Distrito Federal e a necessidade do exercício da cidadania para uma educação que esteja além do capital desenvolvendo o espírito de cidadania e participação política.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os fundamentos da política clássica;
- Desenvolver uma reflexão sobre a consciência política na escola;
- Compreender a apatia dos estudantes sobre a “coisa pública”;
- Oportunizar aos estudantes uma práxis reflexiva sobre a ideia de política e cidadania;
- Empoderar o jovem e adulto estudante para o exercício e participação política em seu ambiente escolar.

6. ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES:

O projeto visa contemplar e despertar o interesse político do estudante da EJA no que se refere ao seu próprio universo. Compreender que a atividade política não é externa ao próprio sujeito, mas faz parte de sua necessidade natural de pensar o seu meio, seu *Éthos*. É uma tarefa complexa, processual e extremamente árdua. Complexa no que tange à própria dinâmica da proposta, diante de um sistema educacional que prioriza a educação bancária, a reprodução e os valores dominantes. Processual porque os resultados de determinadas atividades não são imediatos, são construídos com a própria vida do sujeito diante do mundo e de seus problemas. E árdua no sentido de sempre problematizar e retornar à questão sobre o pensamento e sobre a práxis diante do pensamento. O processo de contrainternalizar é delicado e nega muito daquilo que o estudante está constantemente vivenciando.

Nesse sentido, o projeto visa fomentar a discussão através de algumas intervenções iniciais que posteriormente, podem corroborar para outras ações na comunidade escolar. O presente PIL foi pensado na seguinte estrutura:

- a) Visionamento de algumas obras;
- b) Reflexão em grupo sobre textos clássicos e;
- c) Reflexão sobre a realidade com base nas discussões estudadas.
- d) Criação de um grêmio estudantil e grupos de notícias.
- e) Participação de representantes do grupo de estudantes no conselho escolar.

Os filmes: “O preço do amanhã”, de Andrew Niccol; “A revolução não será televisionada”, de Kim Bartley; “Companheiros velhos de Guerra”, de Vladimir Carvalho; “1984”, de Michael Radford; e “Barra 68”, de Vladimir Carvalho, são fundamentais para uma reflexão sobre política, falta de política e participação política.

Entendendo a necessidade de visionar tais filmes, e compreendendo que a relação com a política implica uma “tempestade de ideias” sobre a estrutura das instituições sociais, sobre as divisões dos poderes e sobre a estrutura organizacional do Estado, o estudante é levado a pensar sobre o seu mundo circundante e problematizar a sua realidade.

O eixo “b” visa convidar alguns palestrantes para desenvolver com os estudantes uma análise sobre o pensamento clássico, sobre política no mundo e, principalmente, no Brasil, com análises de fragmentos de Darcy Ribeiro e Sérgio Buarque de Holanda.

O eixo “c” é central, trata-se de uma ação contínua do estudante de desenvolver uma reflexão crítica sobre a sua própria realidade, tal atividade pode ser feita com banner ou cartazes confeccionados pelos estudantes, onde será apontado alguns elementos estudados e debatidos, tanto no filme como nas palestras. Trata-se de uma nova percepção sobre o sentido de política.

O eixo “d” visa uma articulação para o desenvolvimento de um grêmio estudantil no colégio para que os estudantes possam participar das tomadas de decisões junto ao colégio. Tal etapa parte da necessidade de uma estrutura minimamente possível que deve ser fundamentada na participação coletiva. Tem como proposta desenvolver atividades de informação dos estudantes do turno noturno uma vez que é comum a reclamação dos estudantes por não serem informados igualmente das atividades existentes no colégio.

O eixo “e” procura ser mais ousado e visa a participação dos estudantes nas deliberações da escola, de modo paritário e de modo a agir juntamente com o diretor e a comunidade iniciando assim, uma gestão participativa.

7. CRONOGRAMA

06/07 A 10/07 FILME: O Preço do Amanhã	Como base para uma reflexão sobre o tempo e sobre a vida e a organização social do tempo e do espaço.
13/07 a 17/07: FILME: A revolução não será televisionada	Compreender a relação entre mídia e política na vida social dos estudantes.
10/08 a 14/08: FILME: Barra 68	Compreender o período da ditadura militar e a herança de uma educação distante da vida pública.
17/08 a 21/08 FILME: Companheiros velhos de Guerra	Pensar sobre o processo político da construção de Brasília e a relação entre os agentes do Estado e os Candangos.
24/08 a 28/08 FILME: 1984	Compreender e refletir sobre a falta de decisão daqueles que não pensam a política como elemento fundamental para o exercício da cidadania.
14/09 PALESTRAS COM O CAHIS - UnB	A realidade brasileira em Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro.
21/09 a 25/09 Palestras e reflexão com CADIR- UCB	A participação política começa com quem?
28 e 29/09: Exposição dos estudantes.	Apresentação de painéis sobre a reflexão dos estudantes.
1º bimestre de 2016	Articulação na confecção do grêmio estudantil e grupo de notícias da EJA.
2º bimestre de 2016	Diálogos sobre a gestão participativa

8. PARCEIROS

- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
- Universidade Católica de Brasília (CADIR e Estudantes de Filosofia),
- Universidade de Brasília (Estudantes de História)

9. ORÇAMENTO

Não se trata de um projeto oneroso, o que for preciso para a execução, a escola já dispõe como copiadoras para reproduzir os textos, a sala de vídeo para o visionamento dos filmes. Cabe destacar que provavelmente (se for feito a confecção do banner) haverá necessidade de alguma ajuda financeira. Nesse caso, a escola, os professores e os parceiros da escola se articularão para a organização de tais materiais.

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação deverá ser feita durante o processo do projeto, o estudante deverá participar ativamente das atividades solicitadas apontando algumas reflexões e produzindo junto com a turma um painel com imagens e reflexões sobre a relação com a política e a cidadania desenvolvida nas atividades.

A diretriz de avaliação educacional do Distrito Federal, aponta a necessidade de uma avaliação que leve em conta o processo de aprendizagem dos estudantes em relação ao respeito às produções dos estudantes; avaliação desvinculada de comparação, informal e encorajadora. As atividades possuem a finalidade de despertar nos jovens e adultos da EJA um olhar sobre o seu espaço e compreender a cidadania. Não será uma pontuação formal, mas, sobretudo, uma atividade para despertar o interesse na vida política.

Compreende-se que a avaliação nesse caso é complexa e subjetiva. Trata-se de um despertar para a responsabilidade e para a vivência política. Tal atividade é processual e consequentemente levará muitos anos. A função da escola e do presente PIL é oportunizar o debate e despertar o interesse pela reflexão e participação política.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. Ed. 2007/2008

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei N°9394, 12/1996, Brasília-DF, 1996.

CIRIZA, Alejandra. **A propósito de Jean Jacques Rousseau: contrato, educação e subjetividade**. Enpublicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Secretaria de Estado de Educação. Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal: Currículo em movimento** Ed. Brasília, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. ampl. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 126 p. (Coleção Mundo Moderno) ISBN 9788575590683

REBOUL, Olivier. **A doutrinação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. 163p

_____. **Filosofia da educação**. Trad. Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna. – 6°. Ed. – São Paulo: Ed. Nacional, 1985.131p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 2° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 683 p.

_____. **Do contrato social; ensaio sobre a origem das línguas; discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; discurso sobre as ciências e as artes**. 2.ed São Paulo: Abril Cultural, 1978. 428 p (Os Pensadores).

UNESCO, **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina e desafios para políticas públicas**. Brasília: BID, 2002.

LISTA DE SÍGLAS

Centro de Educacional 06 **(CED)**

Projeto Político Pedagógico **(PPP)**